



**Ata da Reunião do Conselho Consultivo Parque Nacional do Jamanxim em  
dezessete de junho de 2019**

1  
2  
3  
4 Aos dezessete dias do mês de junho de dois mil e dezenove, reuniram-se, em sala de aula  
5 do SEBRAE na cidade de Itaituba/PA, os conselheiros do Parque Nacional do Jamanxim.  
6 Às 9h15, Adriano iniciou a reunião, agradecendo à presença dos participantes e  
7 apresentando objetivos e a programação da reunião. Em seguida, procedeu-se à  
8 apresentação dos presentes. Rodrigo apresentou, em linhas gerais, projeto de turismo e  
9 monitoramento a ser realizado nos Parques Nacionais da Amazônia e do Jamanxim e na  
10 Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo. Na sequência, Adriano conduziu a  
11 construção do acordo de convivência da reunião, entre as propostas: concentração, não  
12 fugir da pauta, celulares no silencioso, seguir toda a pauta, devagar sem divagar. Em  
13 seguida, Adriano iniciou a primeira pauta, aprovação do regimento interno. A minuta foi  
14 discutida na última reunião do Conselho Consultivo realizada em Moraes Almeida, que  
15 foi encaminhada para o grupo de Whatsapp, porém, não houve manifestação a respeito  
16 da minuta. Assim, o documento foi encaminhado à Coordenação Regional 3 do ICMBio,  
17 que também concordou com a minuta. Adriano, então, realizou a leitura da minuta do  
18 regimento interno do Parque Nacional do Jamanxim. Marilu sugeriu a participação do  
19 Ministério Público no Conselho. Maressa informou que o órgão não costuma ser membro  
20 de conselhos. Marilu afirmou que um dos objetivos do Ministério Público é proteger os  
21 interesses da sociedade, assim, seria importante a presença do órgão. Adriano respondeu  
22 que, no momento, não será mais possível colocar o Ministério Público como participante  
23 do Conselho Consultivo, pois, quando do mapeamento das instituições e da formação do  
24 conselho, o órgão não foi mapeado. Gleison afirmou que, no mapeamento, o órgão não  
25 foi citado e um ministério, no caso o Ministério de Minas e Energia foi mapeado, mas  
26 não houve resposta. Marilu afirmou que acha importante, além do Ministério Público, a  
27 presença de um representante de Direitos Humanos no Conselho Consultivo. Afirmou,  
28 ainda, que os órgãos públicos, como Ministério Público, devem ser convidados para  
29 participar nos Conselhos e deve ser registrado que foi declinado o convite. Gelson  
30 concordou que a participação do Ministério Público seria importante, haja vista que o  
31 órgão foi citado em uma das ações do Plano de Manejo do parque. Adriano, assim,  
32 afirmou que será feito o convite ao Ministério Público Federal para participar das reuniões  
33 do Conselho Consultivo do parque. Marilu questionou se outras organizações fazem parte  
34 da diretoria do conselho. Adriano afirmou que sim, outras instituições participam da  
35 diretoria do conselho, o qual é presidido pelo ICMBio. Com relação às atas, Adriano  
36 afirmou que as atas estão sendo finalizadas e assinadas na reunião, mas que ela pode ser  
37 disponibilizada em até trinta dias para os participantes. Marilu questionou que a função  
38 de elaboração de atas necessita reponsabilidade por parte de quem redige, assim, essa  
39 questão deveria ser melhor avaliada. Adriano afirmou que sim, existe essa  
40 responsabilidade. Marilu questionou que os grupos de trabalho teriam que ter especialista  
41 na área e isso geraria necessidade de contratação. Gleison afirmou que os grupos de  
42 trabalho poderiam ser formados, também, por outras instituições que não fazem parte do  
43 conselho, assim, o especialista faria parte do grupo. Marilu questionou se deveria ser  
44 mantida necessidade de inscrição para outras pessoas participarem das reuniões. Adriano  
45 sugeriu, então, retirar a necessidade de inscrição com antecedência para participar das  
46 reuniões. Plenária concordou e foi retirada essa necessidade. A elaboração de trabalhos  
47 técnicos dos grupos de trabalho deverá ser feito em até vinte dias. Ao final da leitura da

*Ata da Reunião do Conselho Consultivo Parque Nacional do Jamanxim em dezessete de junho de dois mil e dezenove.*

48 minuta e correções, Gleison perguntou se todos os participantes estão de acordo com o  
49 regimento. Gelson solicitou que, aproveitando que o conselho está reunido, seja discutida  
50 a questão da distribuição de energia elétrica para a Comunidade São Francisco. Questão  
51 é colocada, assim, na pauta do dia. Participantes concordam com o regimento e aprovam  
52 o documento. Antônio Maciel chamou a atenção para a participação dos servidores  
53 públicos, que faz parte de suas atividades. Marilu afirmou que, no caso de autônomo,  
54 haveria uma oneração. Gleison afirmou que os trabalhos junto ao Conselho são de  
55 interesse público, da sociedade, assim, não haveria a intenção de remuneração. Gleison,  
56 dá prosseguimento à próxima pauta da reunião, que seria a construção do plano de ação  
57 do Conselho. O servidor apresenta, de modo geral, como foi o processo de elaboração do  
58 plano de manejo do Parna do Jamanxim, que culminou com a oficina de elaboração do  
59 plano de manejo que foi realizada em dezembro de dois mil e dezoito. Durante a  
60 elaboração do documento, foi feito o planejamento do parque. Assim, será feito o  
61 planejamento das ações do Conselho para os temas afeitos à unidade de conservação. A  
62 ideia seria pensar os desafios e prioridades a serem trabalhados, qual o momento de ação  
63 e como será feito e monitoramento. Gleison apresentou, então, as prioridades de  
64 planejamento e as questões-chave levantadas durante a citada oficina. Marilu questionou  
65 com relação à questão minerária. Gelson afirmou que essa questão foi discutida no  
66 zoneamento elaborado durante a oficina, e que ele havia entendido que hoje seria  
67 apresentada e discutida a minuta de plano de manejo. Maressa afirmou que o prazo de  
68 discussão já terminou, e que as contribuições foram inseridas no documento. Marilu  
69 solicitou a apresentação que foi feita em Brasília. Afonso afirmou que fez algumas  
70 contribuições e se estas serão inseridas no plano de manejo. Maressa afirmou que todas  
71 as considerações foram avaliadas e algumas foram inseridas no documento e outras, não.  
72 Marilu afirmou que a FECOGAT fez sua contribuição e que a federação discorda do que  
73 está escrito no documento, qual seja, de que todas as instituições presentes na oficina  
74 concordaram com esse posicionamento, assim, solicitou que conste que a federação não  
75 concorda com essa posição. Gelson afirmou que, em outros planos de manejo, o ICMBio  
76 tem posições diferentes, por exemplo, na Floresta Nacional do Jamanxim o instituto  
77 reconheceu a Reserva Garimpeira do Tapajós, enquanto que não a considerou no Parque  
78 Nacional do Jamanxim. Maressa citou que no decreto da Flona do Jamanxim o decreto  
79 previa, mas que no caso de unidade de proteção integral, não é possível o uso direto de  
80 recursos. Gleison citou o parecer da AGU – Advocacia Geral da União que não seria  
81 possível a mineração em florestas nacionais após a promulgação do SNUC. Marilu  
82 afirmou que o SNUC não proíbe nem autoriza atividade minerária nos parques, a lei veda  
83 qualquer utilização nos parques que comprometa a integridade dos atributos que  
84 justifiquem sua criação. Mesmo não havendo liberação da mineração, as atividades não  
85 vão parar, e continuará irregulares. Assim, possibilitando a mineração, isso facilitaria as  
86 atividades do próprio órgão. Gleison concordou com Marilu, porém citou que o parecer  
87 da AGU indica que não é permitido mineração em florestas nacionais. Gelson ponderou  
88 que não está falando a respeito da mineração em parques, o que ele colocou foi que  
89 existem dois atos administrativos que conflitam, que seriam o decreto de criação do  
90 Parque e a portaria do Ministério de Minas e Energia criando a Reserva Garimpeira do  
91 Tapajós. Afirmou, ainda, que os pareceres de um modo geral são sempre a favor de  
92 interesses ambientais. Maressa afirmou que o decreto de criação do parque está acima da  
93 portaria da Reserva Garimpeira. Gelson afirmou que não concorda em não citar a questão  
94 ou conflito levantada durante a oficina. Fabrício perguntou se o documento já foi  
95 aprovado. Maressa afirmou que ainda não, o documento ainda está tramitando. Gelson  
96 perguntou se o plano de manejo será aprovado em Conselho. Maressa afirmou que a  
97 aprovação não é feita pelo Conselho. Após a aprovação da PFE – Procuradoria Federal

98 Especializada será feita a apresentação para o Conselho. João Batista afirmou que não  
99 participou da oficina, então não sabe o que foi discutido. Gleison disse que esse deveria  
100 ser o papel do conselheiro e dos participantes, passar o que foi discutido para as  
101 comunidades. Edilson chamou a atenção para os usos divergentes dos objetivos do  
102 Parque, Gleison afirmou que, como isso não está na pauta, será conversado em separado.  
103 Fabrício pontua que as normas registradas na oficina devem ser avaliadas, por exemplo,  
104 a questão do uso de herbicidas. O participante observou, ainda, que alguns pontos não  
105 foram trabalhados, assim, gostaria de tirar essas dúvidas. Maressa afirmou que os pontos  
106 alterados ou inseridos, por causa da publicação posterior do roteiro metodológico, serão  
107 mostrados futuramente. Afonso citou o caso da piracema e o uso do fogo, que foi  
108 defendido por ele na oficina. Fabrício afirmou que esse ponto está no plano de manejo,  
109 ao qual Maressa concordou. Gelson afirmou que deverá constar, no plano de manejo, o  
110 conflito/discussão com a Reserva Garimpeira. Marilu perguntou se o documento da  
111 FECOGAT foi considerado. Maressa afirmou que os documentos são colocados no  
112 processo e que o tema pode fazer parte do plano de ação. Gleison retomou a pauta de  
113 plano de ação. Marilu perguntou na Zona de Usos Divergentes quais as atividades que  
114 poderiam ser realizadas, por exemplo projetos e alternativas de trabalho para as  
115 comunidades, poderia ser informado, por exemplo, em forma de cartilha. A ideia seria  
116 instruir os moradores sobre quais atividades seriam possíveis. Afonso afirmou que as  
117 comunidades não têm variedade de atividades, os trabalhos são relacionados, por  
118 exemplo, com agropecuária. Gleison registrou no plano de ação a elaboração de uma  
119 cartilha com as possíveis atividades a serem desenvolvidas. Gelson citou a questão do  
120 TAC – Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público com relação à  
121 comercialização do gado oriundo das unidades de conservação, assim, propõe a questão  
122 como um dos temas do plano de ação do Parque. Na sequência, Gleison sugeriu, como  
123 tema do plano de ação, a apresentação do plano de manejo para o conselho. Edilson  
124 perguntou se esse TAC poderia ser usado nas outras UCs. Gleison afirmou que o  
125 documento seria específico para o Parque, mas que o tema poderia ser discutido nos  
126 outros conselhos. Gelson sugeriu convite ao MPF – Ministério Público Federal para  
127 participar da próxima reunião. Adriano perguntou para os participantes se eles teriam  
128 alguma sugestão com relação à questão da Ferrogrão. Não houve manifestação. Às 12h00,  
129 foi feito intervalo para almoço. Às 14h10, Gleison retornou à pauta da reunião, revisando  
130 os temas levantados pela manhã para o plano de ação do Parque. Raimundo sugeriu como  
131 tema a pesca pela Colônia de Pescadores Z-74. Gleison observou que o tema da pesca foi  
132 colocado como questão-chave na minuta de plano de manejo e, também, a elaboração de  
133 um termo de compromisso sobre a questão. Edilson perguntou se o termo de compromisso  
134 só incluiria os pescadores da colônia de pescadores e das comunidades Aruri, Três  
135 Bueiras e Santa Luzia. Gleison afirmou que o termo de compromisso seria para os  
136 pescadores que utilizam o Parque Nacional do Jamanxim. Raimundo sugeriu que todos  
137 os pescadores da Colônia de Pescadores Z-74 sejam abrangidos no termo de  
138 compromisso, perguntou, ainda, até onde existe a possibilidade de pesca. Gleison afirmou  
139 que o termo de compromisso é assinado entre, por exemplo, a associação e os pescadores  
140 com o ICMBio. Nesse documento seria descrito como poderia ser feita a pesca, local,  
141 período, pessoas aptas à atividade de pesca etc. João Batista observou que, nessa época,  
142 vem pessoas de fora da região para pescar. Gleison afirmou que esses pontos devem ser  
143 trazidos, essa situação já foi relatada anteriormente, e o termo de compromisso que vai  
144 dizer quem pode pescar, e se não estiver nessa lista, deverá ser multado. Edilson citou  
145 que a colônia de pescadores de Itaituba também utiliza a região para pescar. Gleison  
146 afirmou que, atualmente, o conselho tem a demanda da Colônia Z-74. O servidor afirmou,  
147 ainda, que cada morador assinará esse termo de compromisso. Edilson informou que

148 todos os pescadores filiados dependem da pesca. Gleison afirmou que o termo de  
149 compromisso irá abranger os pescadores que, de fato, usam os rios do Parque em suas  
150 atividades. Maressa afirmou que o termo de compromisso será feito com os pescadores  
151 que utilizam, de fato, o Parque. Edilson afirmou que tirando os rios Jamanxim, Aruri e  
152 Branco, não existem outros rios utilizados pela pesca. Gleison afirmou que, por exemplo,  
153 o rio Jamanxim é extenso e um morador pode, por exemplo, usar o rio em outra área que  
154 não seja o Parque. Evandro perguntou no caso de pesca esportiva. Adriano observou que  
155 o termo de compromisso será feito com quem depende da pesca para sobreviver. Gelson  
156 observou o caso de uma pessoa que pesca para se alimentar, porém não é pescador  
157 profissional. Maressa afirmou que, mesmo não sendo pescador profissional, mas  
158 dependendo da pesca para sobrevivência, seria possível a assinatura do termo de  
159 compromisso, possibilitando a pesca. Gleison observou, também, que o termo evitaria  
160 que pessoas de outras regiões viriam pescar na área. Gelson citou o exemplo da  
161 Comunidade São Francisco, que não são associados à colônia. Gleison observou que não  
162 é obrigatória a associação à colônia, mas seria necessária a carteira de pescador. Fabrício  
163 perguntou se os moradores poderiam levar convidados para pescar. Maressa afirmou que  
164 não poderia responder isso no momento, mas que seria conversado na elaboração do  
165 termo de compromisso. Fabrício exemplificou o caso de levar algum amigo para passar  
166 um fim-de-semana e aparecer fiscalização. O participante quer se resguardar quanto a  
167 isso. Adriano observou que não irá citar os nomes das comunidades, para não surgir  
168 algum problema nesse sentido, o que será feito no momento da assinatura do termo de  
169 compromisso. Evandro perguntou no caso de ter área dentro da floresta nacional, o que  
170 poderia ser feito. Maressa observou que, no caso geral, será realizado um processo de  
171 regularização fundiária com os moradores e, até finalizado esse processo, após toda a  
172 análise, o morador poderia continuar a exercer as atividades que fazia antes da criação da  
173 UC. Marilu perguntou como seria aberto esse processo. Maressa observou que o  
174 interessado deve procurar o ICMBio, e a partir daí seria aberto o processo e todo o  
175 prosseguimento. Gleison chamou a atenção para as prioridades levantadas na oficina de  
176 plano de manejo. Gleison observou que as duas questões do TAC com o MPF e o TC com  
177 os pescadores já demandariam um bom tempo de trabalho. Gelson levantou a questão de  
178 uma norma específica que demandaria muito tempo de trabalho. Gleison concordou e  
179 observou que, por isso, seria importante priorizar as ações. Marilu observou que sugeriria  
180 um tema relativo à mineração. No caso, o mais indicado seria encontrar um denominador  
181 comum entre a conservação e a mineração, mas que a legislação impede isso. Gleison  
182 afirmou que certas demandas estão fora da alçada do ICMBio, e que o caso estaria  
183 relacionado à legislação, que impede mineração dentro de parques nacionais. Observou,  
184 ainda, que os servidores não podem destinar uma área para uma atividade proibida  
185 naquela área. Marilu afirmou que essa questão dependeria do legislativo, mais  
186 especificamente, mudança da legislação, entre elas o SNUC. Ela entende que o ICMBio  
187 não tem poder de mudar, assim como a federação, assim, o mais adequado seria conversar  
188 e chegar a um consenso e alternativa, de forma a diminuir os conflitos e até proteger o  
189 meio ambiente, regularizando as atividades. Maressa observou que, dentro do Parque  
190 Nacional do Jamanxim, existem poucas áreas sendo exploradas pela mineração, bem  
191 menor do que ocorre em outras áreas da região. A servidora sugeriu que voltemos a  
192 atenção para a Área de Proteção Ambiental do Tapajós, onde é possível a mineração.  
193 Marilu sugeriu como ação um projeto de pesquisa na região, patrocinado pelo ICMBio,  
194 para delimitar as áreas onde seria possível a atividade de mineração. Maressa afirmou que  
195 esse projeto não seria de competência do ICMBio, assim, não seria possível o instituto  
196 agir nesse sentido. Marilu solicitou que fosse anotada em ata que a servidora Maressa  
197 afirmou que as áreas exploradas pela mineração seriam pequenas dentro do parque, o que

198 foi realizado. Marilu afirmou que, apesar de toda a discussão, não foi oferecida nenhuma  
199 alternativa à questão minerária no Parque. Gleison observou que todo o trabalho do  
200 conselho deve seguir a lei, assim, seria infrutífero discutir temas quando a lei não permite  
201 trabalhar nesse ponto. O servidor trouxe como exemplo todo o trabalho feito em um  
202 conselho de uma unidade de conservação e que parou por causa de outros itens. Assim,  
203 se tratarmos de apenas um assunto, os demais não terão prosseguimento. Marilu  
204 concordou e observou que não há alternativa para solucionar a questão do garimpo,  
205 devendo constar em ata esse tema. Huyrajá levantou a questão das glebas que existiriam  
206 na região do Parque. Maressa observou que a questão deve ser levantada pela área do  
207 ICMBio responsável pela regularização fundiária. Gelson afirmou que existem, ainda,  
208 glebas estaduais na região. Edilson observou que existe gleba do INCRA próximo ao rio  
209 Branco, dentro do Parque, e como ficaria a questão dessas ocupações. Maressa observou  
210 que o que precisamos fazer é abrir processo de regularização fundiária, saber quais áreas  
211 existem, quem está ocupando etc. Gleison e Adriano afirmaram que deve-se analisar onde  
212 está a área, se dentro ou fora do Parque. Gleison voltou ao plano de ação, mostrando os  
213 quatro temas levantados, e fez um levantamento entre os participantes de quais seriam os  
214 prioritários. A contabilização final foi: doze votos para a questão do TAC, quatro votos  
215 para o tema TC de pesca e dois votos para a elaboração da cartilha. A apresentação do  
216 plano de manejo dependeria da finalização do documento. Gleison inicia a definição de  
217 quem seriam as pessoas responsáveis pela ação e quando deveria ser feito, pensando num  
218 horizonte de três anos e cinco reuniões até o final do mandato dos representantes. Gelson  
219 sugeriu, para o TAC, que as instituições seriam o MPF, ICMBio e Produtores Rurais. O  
220 participante afirmou, também, que seria importante uma reunião prévia com o MPF  
221 acerca do tema. Os participantes decidiram que essa reunião poderia ocorrer antes da  
222 próxima reunião do Conselho, e que os trabalhos efetivos poderiam iniciar na segunda  
223 reunião do Conselho de 2019. Em seguida, Gleison questionou quais instituições  
224 deveriam participar do tema relativo ao TC com os pescadores. Foram sugeridas as  
225 participações das Colônias de Pescadores Z-74 e Z-56, Comunidade São Francisco, Vila  
226 Aruri e ICMBio. Gleison perguntou quando seriam feitas essas ações. Gelson observou  
227 que deverão ser feitas reuniões prévias com as comunidades e pescadores envolvidos, o  
228 que demandaria tempo. Antônio sugeriu que a próxima reunião do Conselho fosse feita  
229 na Vila Planalto. Gleison ponderou que a dificuldade em se fazer reunião nas  
230 comunidades é a estada dos participantes. Gelson afirmou também que reuniões nas  
231 comunidades colocam o representante da comunidade em situação de pressão,  
232 principalmente posteriormente. Gleison retomou o plano de ação, questionando a respeito  
233 da cartilha, quem seriam os responsáveis por esse tema. Foram sugeridos IFPA, ICMBio  
234 e Secretarias de Educação dos municípios, que iniciariam os trabalhos na segunda reunião  
235 de 2020. Antônio Maciel questionou se, na cartilha, poderiam ser utilizados, para embasá-  
236 la, os documentos e pontos discutidos nesta reunião. Gleison afirmou que sim.  
237 Retornando ao TC de pesca, Marcelino sugeriu iniciar os trabalhos na primeira reunião  
238 do Conselho de 2020. Participantes concordaram com a proposta. Edilson perguntou  
239 como ficaria a questão da pesca até finalizar o TC. Gelson sugeriu que deveria ser seguida  
240 a lista de pescadores da Colônia. Gelson afirmou que a energia elétrica chega apenas até  
241 a Vila Aruri, assim, foi iniciado o licenciamento desta obra também para a Comunidade  
242 São Francisco. O projeto não está dentro do Parque, mas no entorno, ao longo da BR-  
243 163. Como deve haver uma autorização do Conselho, sugeriu que essa autorização seja  
244 feita nesta reunião. Foi sugerida, para a próxima reunião do Conselho, a eleição da  
245 diretoria. Como informe, Maressa afirmou que a unidade de conservação já se manifestou  
246 favoravelmente ao projeto de energia, e que já foi encaminhado ao órgão licenciador. A  
247 servidora acha importante a autorização do Conselho nesta reunião. Gleison pergunta,

Ata da Reunião do Conselho Consultivo Parque Nacional do Jamanxim em dezessete de junho de dois mil e dezenove.

248 então, para os participantes, se eles seriam favoráveis ao projeto “Luz para Todos” na  
249 comunidade São Francisco. Todos os representantes do Conselho concordaram por  
250 unanimidade com a aprovação do projeto. Na sequência, Gleison pergunta aos  
251 participantes qual a data para a próxima reunião do Conselho. Os participantes sugeriram  
252 a data de dez de outubro de dois mil e dezenove, a ser realizada em Moraes Almeida.  
253 Gleison observou que, para aqueles que irão precisar de apoio para se deslocar até Moraes  
254 Almeida para a próxima reunião do Conselho, enviar ao ICMBio um currículo simples e  
255 um documento confirmando a presença, com no mínimo quinze dias de antecedência à  
256 reunião. Ao final, Marilu solicitou que a contribuição da FECOGAT ao plano de manejo  
257 seja anexada à ata. A reunião foi encerrada às 17h00. Por ser verdade, eu, Leandro Lazzari  
258 Ciotti, secretário “ad hoc”, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos  
259 presentes. Itaituba/PA, dezessete de junho de dois mil e dezenove.

**Assinatura de Presentes na Reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Jamanxim em dezessete de junho de dois mil e dezenove.**

Antonio Francisco de Almeida Mauel
Marciano Stobrand
Sidney S. da Mesquita - SEMAMT
Maurício de O. Lopes - Federação FECOGAT
João Batista de Almeida (Três Bairras) Assoc.
Reinaldo Peixoto Lima
Carlos Augusto Azevedo
Jelício José Malchowski
Drª Aparecida Melo Baiema - EMATER
Thayana de S. Barreto
Roberto GELSON DILL
Jefferson e Souza
Antonio Tein da Silva
Enoch R. Priscidonio
Gleison M. Freitas
Antonio S. J.
Auriano B. Souza
Marcos G. Azevedo
Leandro Lazzari Ciotti

